

9 de agosto de 2021

**A missão da ADIMB é a de promover o desenvolvimento técnico-científico e a capacitação de recursos humanos para a Indústria Mineral Brasileira**

*O conteúdo das matérias é de inteira responsabilidade dos meios de origem*



Fonte: Simexmin

Data: 09/08/2021



### MINÉRIO DE FERRO GANHA PESO NA BAHIA

A valorização do minério de ferro e a alta do dólar têm sido responsáveis pelo incremento no faturamento de mineradoras baianas e têm também atraído novos investimentos para o estado. Até o mês de julho de 2021, o faturamento das empresas bateu a marca dos R\$ 5 bilhões, contra o índice de R\$ 2,9 bilhões atingido no mesmo período do ano passado, representando um crescimento de 73% na receita, segundo dados disponibilizados pela Agência Nacional de Mineração (ANM).

Boa parte desse aumento se deve à entrada da Bamin no mercado. A mineradora brasileira iniciou a operação comercial em janeiro e pretende transformar a Bahia no terceiro maior estado produtor de minério de ferro do Brasil, tendo apresentado um crescimento na produção de quase 900% no primeiro semestre de 2021, em relação ao mesmo período de 2020 (ANM). Atualmente, os três estados que mais produzem o metal são Pará, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul. “Nós estamos apenas raspando a superfície, a Bahia tem um potencial que vai muito além da Bamin”, afirma Eduardo Ledsham, presidente da mineradora.

Pelo menos mais uma mineradora já produz ferro na Bahia – Brazil Iron -, duas estão em processo de instalação – Tombador Iron e Colomi Iron – e novas áreas com potencial para produção de minério de ferro seguem sendo prospectadas pela Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM) e pela Companhia Vale do Paramirim.

Para Antonio Carlos Tramm, presidente da CBPM, este aumento no volume de investimentos confirma que a mineração irá ocupar cada vez uma posição de destaque no desenvolvimento econômico da Bahia, na geração de empregos e de tributos. “Estudos realizados pela CBPM mostram que o centro-oeste baiano, onde fica Caetité, é rico em minério de ferro, urânio e outros minerais. Na esteira da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), a CBPM já trabalha para atrair mais investimentos para oportunidades identificadas na região e, também, em estudos de novas jazidas minerais a 100 km de distância de cada lado dos trilhos”, afirma Tramm. Os trilhos da primeira etapa da FIOL

vão de Caetité ao Porto Sul e devem colocar a Bahia no seletivo grupo de exportadores nacionais de minério de ferro, commodity que representa aproximadamente 4% do PIB brasileiro.

O bom resultado do setor também representa um incremento de receitas para os municípios com produção mineral, que recebem 60% da CFEM (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais), a contribuição paga pelas mineradoras. Até julho de 2021 a contribuição referente a todos os minérios produzidos no estado cresceu 88%, indo de R\$ 47,6 milhões para R\$ 89,2 milhões, em relação ao mesmo período de 2020 (ANM).

Minério de ferro exige modal ferroviário – Com exceção das pedras preciosas, não dá para fazer mineração com caminhão. Recursos como minério de ferro se tornam economicamente mais viáveis com a disponibilidade de uma malha ferroviária que funcione, o que estimula a implantação de novos empreendimentos minerários, gerando mais desenvolvimento econômico e social para o estado da Bahia.

Além da FIOCRUZ, a Bahia precisa também garantir investimentos nos trechos baianos da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA/VLI), que está pleiteando uma renovação do contrato de concessão por mais 30 anos, sem que antes aponte quais investimentos foram realizados nos últimos 25 anos de outorga e quais projetos e melhorias serão implementados no futuro. O abandono dos trilhos prejudica a logística de cargas para empresas baianas, que enfrentam ainda deterioração na malha e o isolamento do Nordeste da malha ferroviária nacional.

**Fonte: CBPM**

**Data: 06/08/2021**



#### IBRAM SE POSICIONA CONTRA AUMENTO DA ALÍQUOTA

O Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) divulgou nota em que se posiciona contra a proposta de nova elevação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), conforme anunciado pelo relator do projeto do Imposto de Renda, deputado federal Celso Sabino (PSDB-PA). O aumento deverá ocorrer sobre a mineração de ferro, cobre, bauxita, ouro, manganês, caulim e níquel.

Segundo a nota, em 2017 o Governo Federal impôs um brutal aumento na cobrança de CFEM ao elevar alíquotas e mudar a base de cálculo da compensação, que passou do faturamento líquido para o faturamento bruto das mineradoras. Em certos casos, isso representou aumento de cerca de 100%. Para o IBRAM, a nova proposta carece de fundamento em um estudo técnico aprofundado, que leve em consideração vários fatores, inclusive a situação das mineradoras que atuam no Brasil. A proposta de agora, assim como em 2017, ignora que as mineradoras estão sujeitas a uma carga tributária na casa dos 38%, como outros setores produtivos. A CFEM é mais um encargo que apenas o setor mineral recolhe e é considerado o royalty da mineração.

O IBRAM informa que as exportações de minérios respondem por cerca de 65% do saldo comercial positivo brasileiro e a elevação da CFEM irá causar impactos imediatos na competitividade das mineradoras do Brasil, que já enfrentam concorrentes altamente competitivos, como os da Austrália, país que cobra carga tributária geral de 18%, aproximadamente. O instituto alega que uma nova alíquota prejudicaria a balança comercial, o próprio Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro.

O IBRAM diz que a mineração é uma atividade cíclica, ou seja, alterna bons e maus momentos em termos de faturamento e que os preços do setor são ditados pelo mercado internacional e não pelas empresas. A CFEM tem alíquotas variáveis, em %, de acordo com o minério. Assim, o total arrecadado acompanha os altos e baixos dos negócios realizados. Ao impor aumento injustificável, como anuncia o relator, o IBRAM comenta que a medida geraria insegurança para os investidores quanto ao futuro dos investimentos expressivos que a mineração tem planejado e executado no Brasil.

No 1º semestre de 2021, com maior faturamento cíclico, a indústria da mineração registrou o recolhimento do dobro de tributos aos cofres públicos, em relação ao 1º semestre de 2020. Ainda que a proposta de projeto de lei possa vir a reduzir a carga do Imposto de Renda para o setor mineral e outros – algo que também carece de cálculos aprofundados –, o IBRAM espera que tanto o relator quanto outros parlamentares avaliem muito bem a questão de elevação da cobrança de CFEM antes de por em risco tanto a indústria da mineração quanto as receitas que ela gera ao país, destacando que o mais recomendável é que o tema seja discutido apenas dentro do contexto da reforma tributária ampla, que o Congresso Nacional tem em pauta.

**Fonte: Brasil Mineral**

**Data: 05/08/2021**

## EVENTO DEBATE EXPLORAÇÃO DE SAL-GEMA NA 4ª RODADA DE DISPONIBILIDADES DE ÁREAS DA ANM

Entre as medidas para estimular o desenvolvimento da mineração no Brasil está a liberação de terras para a atividade. O planejamento das próximas rodadas de disponibilidade de áreas pela Agência Nacional de Mineração (ANM), em especial para exploração de sal-gema, foi tema de encontro híbrido (presencial e virtual) promovido pela Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes) e a ANM.

Nesta 4ª Rodada foram ofertadas mais de 1.600 áreas para pesquisa, envolvendo diferentes tipos de substâncias minerais em todos os estados brasileiros, com exceção de Roraima. Segundo a diretora da ANM, Débora Puccini, o objetivo das rodadas é disponibilizar esse fardo de milhares de áreas que a Agência tinha represadas há bastante tempo, colocando todas elas na mão novamente de produtores, dos mais variados tipos de minerais.

No Espírito Santo (ES), serão ofertadas 68 áreas para exploração mineral, e 11 áreas para exploração do sal-gema, nos municípios de Conceição da Barra e São Mateus.

Para Julio Cesar Nery Ferreira, diretor de Sustentabilidade e Assuntos Regulatórios do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), o potencial da área para exploração do sal-gema é realmente muito grande e pode sim ser um ponto de virada na economia do estado. “Esse projeto tem uma reserva significativa de 64% do volume dos depósitos desse mineral no Brasil. A pesquisa prévia indica um potencial interessante para as empresas que atuam na área. A mineração ainda ocupa um pequeno território brasileiro (apenas 0,66% da área do País) e representa uma participação de quase 4% no Produto Interno Bruto (PIB). Por isso, ter projetos minerais em áreas importantes como na região norte do ES é de grande significado para a economia brasileira”, analisa.

O diretor do IBRAM também elogiou esse novo sistema de disponibilização de áreas pela ANM. “Ele vem avançando em velocidade bem razoável e, com importante segurança jurídica para quem pretende investir. Hoje vemos que o Brasil, dono de um grande potencial, ainda não é atrativo para novos investimentos na pesquisa mineral a nível mundial. Por isso, precisamos trabalhar para melhorar esse ambiente. Todo o esforço que está sendo desenvolvido pela ANM para simplificação de procedimentos e na agilização dos procedimentos burocráticos, certamente ajudará para a melhoria deste cenário”, analisa.

O diretor do IBRAM ainda falou sobre a importância do financiamento para pesquisa mineral. “Precisamos buscar maior participação do capital de risco, interno e externo. O IBRAM tem focado sua atenção nas relações com a bolsa de valores canadense e a brasileira para tentar avançar um mecanismo de capital que possa implantar essa participação via empresas juniores”, explica.

Julio lembrou ainda que o Brasil tem um déficit de conhecimento geológico em seu território. “Temos um potencial mineralógico grande, mas uma cobertura baixa quando se trata de mapeamento geológico em escala adequada para o desenvolvimento de projetos minerais. Em uma escala 1 para 50 mil hoje somente 4% do território é mapeado e, se dobrarmos essa escala de 1 para 100 mil, temos apenas 23% do país mapeado. Isso certamente prejudica o avanço da pesquisa em busca por novas áreas. Precisamos avançar nessa pesquisa geologia básica”.

### **Geração de emprego**

Segundo a Findes, já existem estimativas iniciais de que a exploração de sal-gema fomentará milhares de empregos no estado. “A Findes, por meio do sistema SESI-SENAI, está preparada para colaborar na formação dessa mão de obra. Estamos prontos a desenvolver o ambiente necessário à formação profissional para a indústria mineral, química e industrial diversa oriunda dessa oportunidade”, destaca a Alexandra Machado, presidente da Câmara Setorial da Indústria da Mineração da Findes.

Os interessados em pesquisar as áreas disponíveis da 4ª rodada têm até 17 de agosto para se manifestarem. Havendo dois ou mais interessados em uma mesma área, acontece então o leilão eletrônico, e a oferta com maior valor leva o direito de pesquisa. Esta segunda fase está prevista para acontecer entre 25/8 e 8/9. Mais informações no site da ANM.

**Fonte: IBRAM**

**Data: 05/08/2021**

## **MONEY TIMES**

### **MERCADO GLOBAL DE MINÉRIO DE FERRO ENFRENTA NOVA CRISE E A CULPA NÃO É SÓ DO CORONAVÍRUS**

O mercado global de minério de ferro enfrenta uma crise de demanda justo após ser atingido por uma crise de oferta. O surto do coronavírus na China causa preocupações de que o consumo seja afetado, derrubando os preços que subiram no ano passado pela interrupção das operações nas minas.

Com a propagação da doença, surgem alguns sinais significativos: algumas usinas na China começaram a reduzir a produção de aço; projetos de construção e manufatura, incluindo a fabricação de automóveis, desaceleraram; e um amplo segmento da maior economia da Ásia permanece parado.

O mercado de minério de ferro gira em torno da China, que recebe cerca de 70% das cargas marítimas, a maioria do Brasil e da Austrália.

Em 2019, a indústria foi abalada pelo rompimento de uma barragem da Vale que reduziu a oferta, causou um déficit no mercado e contribuiu para que os preços atingissem US\$ 120 a tonelada. Assim como esse choque foi eliminado com a retomada da produção, a crise de saúde na China agora ameaça a demanda.

A demanda por minério de ferro e aço “provavelmente será atingida”, disse Caroline Bain, analista-chefe de commodities da Capital Economics. E isso sem considerar dados recentes que indicavam desaceleração da construção antes do surto, além de um salto das exportações de um importante porto australiano, disse em nota.

No ano passado, as usinas da China produziram quase 1 bilhão de toneladas de aço, respondendo por mais da metade da produção global. Como regra geral, cerca de 1,6 tonelada de minério de ferro é necessária para produzir 1 tonelada de liga usando um alto-forno.

Em Cingapura, os futuros do minério de ferro despencaram 11% na semana passada e fecharam em US\$ 78,01 a tonelada na segunda-feira, o menor nível desde novembro. O Citigroup alertou que os preços poderiam cair abaixo de US\$ 70.

Cortes

Há sinais de turbulência no setor automotivo, um consumidor de aço, tanto na China quanto em outros países. O surto deve reduzir as vendas de automóveis da China em até 5%, de acordo com a Associação de Carros de Passeio da China. A Hyundai Motor decidiu interromper a produção na Coreia do Sul devido à falta de componentes.

A “pandemia de repente se tornou uma séria ameaça para os chineses, para as economias globais e para os EUA”, disse a Moody’s Analytics em nota. “O quão séria é difícil de medir dadas as grandes incógnitas quanto à propagação e virulência do vírus. No entanto, não há bons cenários.”

Mesmo antes do surto, a expectativa era de queda dos preços do minério de ferro, já que as principais mineradoras, incluindo Vale (VALE3) e as australianas Rio Tinto e BHP, aumentaram a produção após as interrupções do ano passado. Esses planos ainda podem sofrer mudanças.

“O coronavírus pode pesar na atividade econômica em geral e atrasar ou interromper o envio de mercadorias a granel”, disse Xiao Fu, chefe da estratégia global de commodities na BOCI Global Commodities.

“Se houver interrupção sustentada da demanda, produtores de minério de ferro poderão ajustar a produção, mas, atualmente, é muito cedo para saber.”

Fonte: Money Times

Data: 05/08/2021



### SERVIÇO GEOLÓGICO E UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA ASSINARÃO ACORDO PARA AMPLIAR PROJETOS DE PD&I

Acordo de cooperação técnica-científica entre as instituições contribuirá para dinamização das atividades prospectivas em várias áreas do território nacional

O Serviço Geológico do Brasil (SGB/CPRM) segue com a sua missão de gerar e disseminar conhecimento geocientífico no país e avançará em um novo projeto. Representantes da instituição vão assinar nesta quinta-feira, dia 05 de agosto, um acordo de cooperação técnica-científica com a Universidade de Brasília (UnB) para o uso compartilhado de laboratórios e desenvolvimento conjunto de projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) nas áreas de energia, água, geologia marinha, sustentabilidade, entre outros. A assinatura do acordo acontecerá durante a solenidade on-line com início às 14h30 de amanhã, com transmissão ao vivo por meio do canal TV CPRM no YouTube.

A cooperação entre as duas instituições visa desenvolver um robusto portfólio de projetos de P,D&I em várias áreas das geociências que devem preferencialmente ser financiados pelo setor produtivo. Os temas que serão pesquisados por meio do acordo são relevantes para a sociedade, a exemplo do aquecimento global, energia limpa e bioeconomia marinha. O acordo também deverá propiciar o desenvolvimento de uma maior quantidade e qualidade de projetos de P,D&I na área de óleo e gás, assunto em que a UnB já é referência nacional. Os projetos executivos relacionados à infraestrutura laboratorial do Centro de Referência em Geociências (CGA) do SGB/CPRM, Litoteca do Pré-sal, do Museu de Ciências da Terra (MCTer) e laboratórios associados estão em pleno desenvolvimento. Neste sentido, o acordo potencializará os benefícios que estes projetos têm com a Petrobras na medida que o compartilhamento de equipamentos permitirá ao país ter um dos mais completos laboratórios de isotopia e geocronologia da América Latina.

Segundo ressalta o diretor-presidente do SGB/CPRM, Esteves Colnago, o grande impulso para este trabalho é a integração entre o governo e a área acadêmica, que poderão fornecer subsídios e ampliar a disponibilização de informações ao setor mineral que permitam o desenvolvimento socioeconômico a partir das áreas que serão objeto

de estudo dos pesquisadores. Neste sentido, Colnago também destaca que a participação do SGB/CPRM no acordo se fortalece em virtude de ser, desde 2017, uma instituição científica, tecnológica e de inovação pública (ICT), contribuindo com a pesquisa e ampliando o conhecimento sobre as geociências no país.

“A integração entre o governo e as áreas acadêmica e mercadológica do setor mineral é fundamental para que possamos avançar em projetos importantes para o Brasil, seguindo o nosso objetivo de contribuir com o desenvolvimento a partir da pesquisa científica. Este acordo será grandioso, visto que une instituições que são referência e têm corpo técnico de alta competência. Acreditamos nesta parceria e os resultados deverão ser promissores considerando as áreas que serão estudadas por nossos pesquisadores”, afirma Colnago.

O diretor de Infraestrutura Geocientífica do SGB/CPRM, Paulo Romano, também signatário do acordo, ressalta a abrangência e o perfil estruturante da cooperação. “Isso nos permite vislumbrar um futuro promissor desse trabalho integrado que fortalecerá o já elevado padrão científico e de respeitabilidade das duas instituições. O mecanismo mobilizará competências e recursos internos das duas instituições, da academia e do mercado, contribuindo para o desenvolvimento sustentável”, diz o gestor.

Chefe do CGA e responsável técnico do SGB/CPRM pelo acordo com a UnB, o geólogo Noevaldo Teixeira reitera que o acordo constitui um marco no relacionamento entre uma ICT, academia e os setores produtivos relacionados à mineração e energia.

“Não podemos esperar apenas os orçamentos provenientes do Tesouro para podermos desenvolver nossas pesquisas científicas. Precisamos interagir com redes de conhecimento, compartilhar laboratórios, modernizar o gerenciamento dos mesmos e principalmente desenvolver projetos que tenham impacto econômico e social”, destaca Teixeira.

A solenidade de assinatura do acordo contará com a participação do presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Evaldo Vilela, que ministrará uma palestra sobre “Interação: Universidade e Serviço Geológico do Brasil e o futuro das pesquisas”.

**Fonte: CPRM**

**Data: 04/08/2021**



### **IBRAM SE REÚNE COM GOVERNO DE MINAS GERAIS E BDMG PARA DISCUTIR SOBRE INVESTIMENTOS NO ESTADO**

O movimento do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) junto ao mercado de investimentos e o acordo com a Bolsa de Valores de Toronto (Canadá) despertou o interesse do Governo de Minas Gerais e do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) e motivou encontro entre os representantes das entidades.

A reunião aconteceu na última 3ª feira (3/8), na sede do BDMG, e contou com a presença do vice-governador de Minas Gerais, Paulo Brant, do presidente do BDMG, Sérgio Gusmão, do diretor-presidente do IBRAM, Flávio Ottoni Penido, do presidente do Conselho do IBRAM, Wilson Brumer, do diretor de Relações Institucionais do IBRAM, Rinaldo César Mancin, do assessor especial do Governo de Minas, Marcos Antonio Mandacaru e da diretora de Riscos e Gestão Corporativa do BDMG, Marcela Brant.

"A proposta é unir esforços para atrair e diversificar investimentos no setor mineral do Estado. O acordo firmado entre o IBRAM e a bolsa de valores de Toronto é exemplo do potencial das empresas mineiras no mercado de ações internacionais e uma possibilidade de atrair investimentos para o estado de Minas", afirma Flávio Penido.

Tanto o IBRAM quanto o BDMG ficaram com a missão de identificar projetos que possam ser objetos de uma estratégia para mostrar à Bolsa de Toronto o bom potencial do estado mineiro no setor mineral. "O BDMG é um tradicional financiador e tem no seu portfólio vários projetos de mineração. É um ator bem qualificado para unirmos na busca de novos investimentos e fortalecimento da mineração em Minas", destaca Wilson Brumer.

Durante o encontro, também foi abordado o desejo do Estado de consolidar Minas Gerais como um polo de conhecimento mineral, se transformando em uma espécie de hub setorial que possa amparar novos projetos por todo Brasil.

**Fonte: IBRAM**

**Data: 04/08/2021**



Mining companies have emerged from the COVID-19 pandemic in excellent financial and operational shape and the forecast is even brighter as the economy recovers.

The market is expected to reach a value of nearly **\$1.86 trillion** by 2022, with the increasing demand for minerals for power generation and renewables technology.

In the graphic above, we show the world's top companies by market capitalization as of June 22, 2021, and the metals they mine.

The Bottom Line: From Smartphones to Food

From roads, hospitals, automobiles, houses, computers, satellites, and even fertilizer for crops, mining provides many of the materials we interact with every day. Copper, iron, rare earth metals, aluminum, and phosphate are just a handful of the mined materials that make modern life and feed the bottom line for mining companies.

The two biggest by market capitalization, BHP (**\$179B**) and Rio Tinto (**\$132B**), both produce a range of commodities, mainly iron ore and copper. The next on the list is also the biggest company in Brazil, Vale (**\$112B**). The miner is the world's largest producer of iron ore and pellets (small balls of iron ore) used to manufacture steel.

| Company          | Market Cap (USD) | Country        | Main Mining Activity                       |
|------------------|------------------|----------------|--|
| BHP              | \$179B           | Australia      | iron ore, copper, coal                     |
| Rio Tinto        | \$132B           | Australia      | iron ore, aluminum, copper                 |
| Vale             | \$112B           | Brazil         | iron ore, nickel                           |
| Glencore         | \$55B            | Switzerland    | copper, cobalt, zinc, nickel               |
| Norilsk Nickel   | \$54B            | Russia         | palladium, nickel                          |
| Freeport-McMoRan | \$52B            | United States  | copper                                     |
| Anglo American   | \$52B            | United Kingdom | diamonds, copper, platinum, iron ore, coal |
| Fortescue Metals | \$51B            | Australia      | iron ore                                   |
| Newmont Goldcorp | \$50B            | United States  | gold                                       |
| Southern Copper  | \$47B            | United States  | copper                                     |

A \$57 billion gap separates the top 3 from the rest of the group. In fourth place comes Glencore (**\$55B**) with its mixed operations of trading and mining metals, agricultural products, and oil and gas.

The automotive industry is a big consumer of metals, which explains Norilsk Nickel's (**\$54B**) fifth-place. The company, owned by the wealthiest man in Russia, is the world's biggest producer of palladium, used in vehicles' catalytic converters.

Miners also serve the luxury market, with precious metals like gold, silver, and gemstones. Number six on the list, Anglo American (**\$52B**) is one of the world's leading diamond companies.

In terms of countries, Canada leads the ranking with 4 miners on the list. The United States and Australia come next with 3 companies each.

Charging and Changing the Future of Mining Companies

The United States, Europe, and Asia are making big investments in electrification and power generation. By 2024, almost 33% of the world's electricity is forecast to come from renewables.

This shift from fossil fuels will require a lot of copper, cobalt, and lithium for batteries. Mining companies are in a position to capitalize as the market expands.

For example, no. 17 in the list, China's Ganfeng Lithium, the world's third-largest producer of lithium chemicals for batteries, saw its market capitalization grow more than **25%** in 2021.

The energy transition is just beginning, and the materials used in building a more sustainable future will also build up the largest mining companies of tomorrow.

Fonte: Mining.com

Data: 04/08/2021

## RELATOR DE REFORMA DO IR PROPÕE ELEVAR TRIBUTO DE MINERADORAS: QUAIS SÃO OS IMPACTOS PARA VALE E CSN MINERAÇÃO?

*Analistas veem notícia como ligeiramente negativa, mas que não muda tese de investimento positiva para as ações*

Nesta terça-feira, Celso Sabino (PSDB-PA), relator do projeto do Imposto de Renda na Câmara, apresentou um novo texto e, entre as medidas para trazer um impacto neutro para a reforma, propôs o aumento da taxaço para as mineradoras.

Sabino propôs o aumento de 4% para 5,5% na alíquota da CFEM, a chamada compensação financeira pela exploração de recursos minerais. O parecer vai propor que toda arrecadação da CFEM fique para Estados e municípios. Hoje 10% ficam com União e o restante é dividido entre os demais entes.

Sabino disse que essa é uma medida federativa que vai atender os anseios de muitos Estados e municípios. A arrecadação desses recursos e a fiscalização do pagamento desses recursos passarão para as secretarias estaduais de Fazenda.

“As grandes mineradoras têm apresentado altos lucros e uma grande companhia aqui, por exemplo, no segundo trimestre desse ano, anunciou um lucro de R\$ 40 bilhões e tem um preço de equilíbrio do minério de US\$ 45 dólares por tonelada, e o valor do minério está US\$ 200 por tonelada”, disse ele.

Sabino disse que todas as empresas do Brasil, inclusive as grandes mineradoras, terão forte redução da carga tributária com redução da alíquota do IRPF. “Entendemos como justa essa medida e uma forma de atender muitos Estados e municípios”, disse.

O incremento de 1,5 ponto porcentual virá junto com uma PEC que será apresentada para tramitar em conjunto o projeto de Lei. A proposta, disse ele, vai reduzir a desigualdade dos municípios no Brasil.

Hoje, do que é arrecadado de ICMS pelos Estados, 25% precisam ser distribuídos para os municípios. Nesse universo de 25%, 65% é com base na riqueza que o município produz e o restante a lei estadual define, como população. O relator disse que vai propor que esse porcentual de distribuição de 65% seja alterado para 40%.

O relator da reforma previu um aumento de R\$ 1,6 bilhão na arrecadação apenas para o Pará. Sabino é deputado pelo estado, onde atuou como auditor fiscal.

As ações da Vale (VALE3) chegaram a amenizar após terem subido até 3,76% na máxima do dia. Contudo, recuperou os ganhos, destacando-se entre as maiores variações positivas do pregão. Os ativos VALE3 fecharam a sessão desta terça-feira em alta de 3,41%, a R\$ 112,64. Por outro lado, as ações da CSN Mineração (CMIN3) fecharam em baixa de 2,68%, a R\$ 8,71.

De acordo com breve análise inicial do Credit Suisse, a notícia é ligeiramente negativa para as ações do setor. Os analistas apontam que, se essa proposta for aprovada, a estimativa é de um impacto negativo entre 3% e 4% no valor presente líquido (VPL) do valor de mercado atual da Vale. Para a CSN Mineração, a estimativa é de um impacto negativo no VPL entre 4% e 5,5%.

Já para o Morgan Stanley, contudo, as notícias podem eliminar um overhang (um potencial de excesso de ações do mercado) no setor, já que o aumento potencial nos royalties da mineração no Brasil é relativamente pequeno e deve ser, pelo menos parcialmente compensado por uma provável redução da alíquota de imposto de renda incluída na reforma tributária do país.

“Não achamos que a proposta de royalties de mineração mais elevados mude os cases de investimento para a Vale (de pagamento de dividendos extraordinários adicionais devido à forte geração de caixa) e para a CSN Mineração (história atraente de crescimento com baixo custo)”,

Portanto, o Morgan Stanley permanece com recomendação overweight (exposição acima da média do mercado) para ambos os nomes. O preço-alvo para os ADRs, ou recibo de ações negociado nos EUA, da Vale é de US\$ 26, ou um valor 19,6% em relação ao fechamento desta terça, enquanto que, para os ativos CMIN3, negociados na B3, o preço-alvo é de R\$ 13,30, ou um valor 52,70% ao de fechamento nesta sessão.

**Fonte: Informoney**

**Data: 03/08/2021**

## YARA VENDE PROJETO SALITRE POR US\$ 410 MILHÕES

A Yara assinou acordo de compra de ações com a EuroChem para vender seu projeto de mineração de fosfato Salitre por um valor em dinheiro de US\$ 410 milhões. A operação faz parte do projeto da Yara em concentrar seu foco estratégico em soluções de alimentos, produtos premium e viabilização da economia de hidrogênio.

Segundo a Yara, Salitre continua sendo um projeto atraente, mas conforme comunicado anterior, o andamento do projeto foi impactado pela COVID-19, e o tempo de construção e despesas de capital significativos ainda precisam ser concluídos. O desinvestimento de Salitre, portanto, apoia a transformação da Yara, realocando o apetite de capital e risco nos próximos anos para as áreas de foco estratégico da empresa. “Esta transação nos permite aprimorar ainda mais nosso foco estratégico, com base em nossas fortes vantagens competitivas. A Yara Brasil continuará a desempenhar um papel essencial nesta agenda de crescimento e esta transação permite que o crescimento seja conduzido com um foco downstream mais nítido”, disse Svein Tore Holsether, presidente e CEO da Yara.

A Yara entrou no projeto Salitre em 2014, e seus ativos compreendem operações de mineração de fosfato, incluindo barragem de rejeitos, com uma capacidade de produção anual de aproximadamente 1,2 milhão t de rocha fosfática e um projeto em andamento para construir operações de processamento de fosfato com uma capacidade de produção projetada de aproximadamente 1,0 milhão t por ano na conclusão. O gasto de capital estimado necessário para atingir a conclusão é de magnitude semelhante ao valor de desinvestimento.

A transação deve ser concluída em aproximadamente seis meses e está condicionada à obtenção das aprovações regulatórias locais necessárias e às condições habituais de fechamento.

A Eurochem já está presente no mercado brasileiro de fertilizantes, através da Fertilizantes Tocantins, cujo controle assumiu em 2020.

Fonte: Brasil Mineral

Data: 03/08/2021

# MPF

Ministério Público Federal

## MPF: JUSTIÇA CONDENA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO A NEGAR PEDIDOS DE EXPLORAÇÃO MINERAL EM TERRAS INDÍGENAS DO AM

ANM mantinha mais de 4 mil requerimentos bloqueados aguardando que seja regulamentada em lei a mineração nos territórios dos povos originários; MPF também aponta danos socioculturais aos indígenas a partir dessa prática ilegal

A Justiça Federal **condenou** a Agência Nacional de Mineração (ANM) a indeferir todos os requerimentos de pesquisa ou de extração de minérios incidentes sobre terras indígenas no estado do Amazonas, incluindo aqueles relacionados à lavra garimpeira. A sentença é resultado de ação civil pública ajuizada em 2019 pelo Ministério Público Federal (MPF). A ANM tem prazo de 45 dias para cumprir a determinação.

Todos os requerimentos minerários incidentes sobre terras indígenas com processo de demarcação finalizado no Estado do Amazonas deverão ser indeferidos, inclusive aqueles protocolados posteriormente ao ajuizamento da ação civil pública e ao **deferimento da liminar**, ocorrido no ano de 2019.

De acordo com a ação, a agência vinha deixando de analisar os requerimentos de pesquisa e exploração mineral em terras indígenas, mantendo-os paralisados, enquanto a Constituição Federal proíbe esse tipo de pedido. Na sentença, a Justiça confirmou o entendimento do MPF, considerando a prática inconstitucional e ilegal.

O MPF apontou, na ação, que a ANM não vinha analisando os requerimentos sob o argumento de que a Constituição Federal proibia apenas a concessão de títulos minerários - não os requerimentos em si. Segundo o MPF, a Agência pretendia manter esses pedidos paralisados até que fosse regulamentada a mineração em terras indígenas, por meio do artigo 231, parágrafo 3º, da Carta Magna brasileira.

Informações colhidas em 2018 pela organização não-governamental WWF-Brasil junto às bases de dados da própria ANM, da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Ministério do Meio Ambiente apontam que existiam 4.073 requerimentos de títulos minerários incidentes sobre Terras Indígenas na Amazônia Legal em trâmite, dos quais 3.114 encontravam-se “bloqueados”, aguardando a definição do marco regulatório sobre mineração em terras indígenas.

Conforme o levantamento, as terras indígenas (TI) mais afetadas no Amazonas são a TI Alto Rio Negro, com requerimentos incidentes sobre área superior a 174 mil hectares, e a TI Médio Rio Negro I, com requerimentos incidentes em área superior a cem mil hectares. "Nessas áreas protegidas, as pressões exercem-se sobretudo para

mineração de ouro e tantalita, com títulos postulados por pessoas jurídicas e físicas, inclusive por cooperativas de garimpeiros", destacou o MPF na ação civil pública.

**Danos socioculturais** - A partir da ação civil pública apresentada pelo MPF, a Justiça Federal também condenou a ANM à obrigação de não deixar bloqueados requerimentos administrativos de títulos minerários que incidam sobre terras indígenas em todo o Amazonas, incluindo os de permissão de lavra garimpeira, com o objetivo de prevenir novos danos socioculturais às comunidades indígenas.

A ação narra episódios ocorridos em terras indígenas com consequências negativas aos povos originários, trazidos por exploradores.

"Diuturnamente, lideranças e membros das comunidades indígenas amazonenses são cooptados ou constrangidos por mineradoras e empresários do ramo, figuras que, geralmente, invocando justamente os inexistentes 'direitos de preferência', apresentam promessas de ganhos materiais e melhorias para as comunidades, em troca de autorização para entrar nas terras indígenas ou para explorar tais áreas", afirma trecho da ação.

A ação civil pública segue tramitando na 1ª Vara Federal Cível da Justiça Federal do Amazonas, sob o número **1000580-84.2019.4.01.3200**.

**Fonte: MPF**

**Data: 03/08/2021**



### **IRON ORE MINERS ARE AWASH WITH CASH, BUT SEE DIFFERENT FUTURES**

Major iron ore producers are awash in a sea of cash, and are likely to remain so despite a recent retreat in the price of the steel raw material. Where they diverge is what they think will be the next big drivers of profit.

Rio Tinto, the world's biggest iron ore miner, posted record first-half profits on July 28, with underlying earnings almost tripling to \$12.17 billion from the same period a year earlier.

The surging profits were largely built on the back of the rise in iron ore prices to record highs, despite Rio shipping 12% less iron ore in the second quarter, compared to the same period a year earlier, as storms affected its Western Australia state operations.

Australia's second- and third-ranked iron ore miners, BHP Group and Fortescue Metals Group, have yet to report quarterly financial results, but are likely to join Rio in reporting record profits.

BHP reported record full-year iron ore production for the 12 months to end June, although output in the fourth quarter dipped slightly, while Fortescue beat its full-year estimate for iron ore shipments on the back of a record fourth quarter performance.

The spot price of iron ore for delivery to north China, as assessed by commodity price reporting agency Argus, slumped at the end of last week, dropping to \$180.15 a tonne, down 10.5% from a week earlier.

However, it's worth noting that iron ore is still at extremely high prices by historical standards, having traded below \$100 a tonne from mid-May 2014 to June 2020, with only a brief spike above that level in May to August of 2019.

If China, buyer of about 70% of global seaborne iron ore, does continue to cajole steel makers to limit production, and supply continues to rise from top exporter Australia and number two Brazil, it's possible that prices will further moderate.

However, with Rio reporting a cash cost of \$18-18.50 a tonne for free-on-board iron ore at its Western Australia ports, it's clear the major miners are going to be strong cash generators even if iron ore post further losses.

#### **DIFFERENT PATHS**

What the miners are doing with all that cash reveals much of where they are thinking they will be able to harvest profits once iron ore demand inevitably declines over time, as China's industrialisation eases and the country also sources more ore from new projects being developed, such as Simandou in the African nation of Guinea.

Rio is still investing in copper, with expansion underway at its troubled Oyu Tolgoi mine in Mongolia, but the miner also recently approved a significant investment in lithium, a key metal for batteries that will be pivotal in any successful energy transition from fossil fuels.

The London-based miner said on July 27 it will invest \$2.4 billion to develop its Jadar lithium project in Serbia, with a four-year construction programme slated to start next year.

The mine will make Rio the largest lithium supplier in Europe, and will give the continent's major carmakers such as Volkswagen and BMW another source of the metal that is vital to plans to switch their vehicles to run on electricity.

Fortescue is also seeing a future in new energies, but is backing hydrogen as a future winner.

The miner has in recent months entered into a range of agreements aimed at exploring hydrogen projects in India, Brazil, Africa and Tasmania, Australia's island state.

The common thread is that Fortescue is looking at ways of producing green hydrogen, mainly through using hydropower, and then using the resultant hydrogen as a fuel in industrial processes, including making steel.

BHP, which includes substantial investments in coking coal used to make steel and oil within its portfolio, is taking a somewhat different path to its Australian peers, with its major pending investment being in potash.

The board of the world's biggest listed miner is expected to make a decision within a few months on whether to proceed with the \$5.7 billion project in Canada's Saskatchewan province to produce the agricultural fertiliser.

Potash is a key element in plant nutrition and can make crops more drought resistant, something that is likely to become increasingly important if climate change does alter rainfall patterns across the world.

It could be argued that BHP's planned foray into potash is part of a response to climate change.

However, instead of trying to lower carbon emissions as Rio is doing with lithium for batteries and Fortescue with green hydrogen, BHP is seeking a product that will be in higher demand as the world deals with the impact of climate change.

**Fonte: Reuters**

**Data: 02/08/2021**



### **SGB/CPRM DISCUTE AS PERSPECTIVAS PARA OS MINERAIS INDUSTRIAIS NO PAÍS**

O Serviço Geológico do Brasil (SGB/CPRM) participou nessa quarta-feira (28), de um webinar promovido pela revista Brasil Mineral, onde foi debatido o panorama atual e as perspectivas para os minerais industriais no país. O evento teve quatro painéis, com os temas Mercado para os Minerais Industriais; Gargalos Produtivos; Novas Aplicações para os Minerais Industriais e Minerais do Futuro.

No painel sobre mercado para os Minerais Industriais, o palestrante foi o Gerente Regional da América Latina da Roskill, Marcio Goto, com a presença dos debatedores Eduardo Cavalcanti, da Brasil Minérios, além do colaborador do SGB/CPRM, Gilberto Calaes. Em sua apresentação, Marcio focou na grafita, bauxita não metalúrgica, Magnesita, fluorita, caulim e lítio, onde projetou toda a demanda dos minerais citados e tudo o que preveem de desenvolvimento em um nível global nos próximos anos. Segundo Goto, a grande produtora mundial de minerais industriais é a China e o país importa boa parte da matéria-prima para a produção de grafita.

Depois da apresentação, foi a vez dos debatedores e, em sua vez, o assessor da Diretoria de Geologia e Recursos Minerais Gilberto Calaes começou explicando as diferenças sobre os minerais citados, os dividindo de acordo com suas características. "Os bens minerais classificados como recursos minerais industriais servem, geralmente, a diferentes segmentos de mercado, tem diferentes usos de aplicações, outra tipicidade bem notória no caso dos recursos minerais industriais", explicou.

Em seguida, foi a vez do segundo painel, sobre Gargalos Produtivos, que teve como palestrante a conselheira editorial da Revista Brasil Mineral, Maria José Salum. A especialista começou a apresentação falando sobre a complexidade dos minerais industriais, que abrangem mais de 200 tipos de rochas e minerais. Ela ainda completou afirmando que, com exceção de rochas fosfáticas e caulim, os minerais industriais possuem baixo consumo em diversas indústrias, o que implica em volume a ser produzido nacionalmente.

O geólogo Michel Godoy foi o representante do SGB/CPRM, e iniciou sua participação dizendo que os colaboradores da empresa desenvolvem ações a fim facilitar a vida do minerador em relação aos gargalos produtivos e tem trabalhado em relação à falta de gestão territorial na mineração. Michel ainda lembrou que no período do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC I e II), houve um ciclo importante de levantamentos de potencial para materiais de construção civil em diversas regiões metropolitanas do país, e que nesta fase, a CPRM debateu muito o setor com gestores públicos e mineradores de agregados.

Ele informou ainda que o SGB/CPRM pretende estruturar nos próximos anos, um programa nos moldes de extensionismo mineral em um projeto de longo prazo para Arranjo Produtivo Local de Base Mineral (APL). Foi ressaltado que os trabalhos para atender o setor possuem início, meio, mas não possuem fim, pois as demandas são permanentes dentro do panorama da pequena e média mineração. "Queremos trabalhar no que a sociedade precisa. Qual é o valor social dos produtos da SGB? Vamos formar o primeiro GT de APL de Base Mineral na região da Borborema (PB/RN) para assessorar o produtor mineral, e assim iniciar os trabalhos em extensionismo mineral na CPRM", finalizou.

Você pode assistir ao evento através do <https://bit.ly/3BXDFdQ> [link](#)

**Fonte: CPRM**

Data: 30/07/2021



### SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL APRESENTA PROGRAMA URÂNIO NO MAIOR EVENTO BRASILEIRO DO SETOR NUCLEAR

A Nuclear Trade & Technology Exchange (NT2E), evento coordenado pela Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Atividades Nucleares (ABDAN), teve seu último dia de seminários e apresentações nessa quinta-feira (29). O maior evento brasileiro do setor nuclear teve a participação de grandes multinacionais (Petrobras, Eletronuclear e Cameco) e órgãos do governo, como o Serviço Geológico do Brasil (SGB/CPRM).

O SGB/CPRM foi representado pelo seu Diretor de Geologia e Recursos Minerais, Marcio Remédio, na manhã do último dia, durante o painel “Mineração e Combustível”, que tinha como assuntos o Mercado Mundial, perspectivas para a produção de concentrado e pesquisas geológicas relacionadas ao Urânio.

Também estiveram presentes no evento David Doerksen (Vice Presidente de Marketing da Cameco), Rogério Mendes Carvalho (Diretor de Recursos Minerais no INB) e Rodolfo Galvani Júnior (acionista na Galvani Indústria Química). O painel foi moderado por Lília Mascarenhas Sant'Agostinho, secretária adjunta de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia.

O mercado mundial de urânio vem crescendo cada vez mais ao passo que mais empresas e países buscam novas matrizes energéticas alternativas, o que coloca a temática como de suma importância para o Brasil. Segundo o diretor do SGB/CPRM, o Brasil dispõe de um grande potencial na área. Ele apresentou o programa brasileiro sobre o minério e disse que o país pode se tornar uma potência no setor, uma vez que pode vir a ter um dos maiores estoques de recursos de Urânio. “O fato de contar com poucas áreas mapeadas e um vazio de informações faz com que o país seja praticamente inexplorado para o setor de Urânio”, avaliou.

Nos próximos 10 anos, o programa buscará novos investimentos e recursos para a exploração de regiões em busca de grandes depósitos. O geólogo acredita que os principais depósitos de baixo custo e tonelagem alta possam estar na América do Sul, especificamente no Brasil.

“O Programa Urânio do Serviço Geológico do Brasil tende a fazer uma avaliação do potencial de exploração do mineral, delimitar as principais áreas da exploração e estimular a mesma com dados assertivos e reduzindo riscos da exploração”, concluiu Remédio.

O programa foi desenvolvido pela Divisão de Geologia Econômica, liderada pelo pesquisador Felipe Mattos Tavares, por meio do uso de técnicas de modelamento de potencial mineral em escala continental e uso de machine learning, com a participação dos pesquisadores Hugo Polo e Raul Meloni, Eduardo Marques, Bruno Calado (Divisão de Geoquímica), Isabele serafim e Iago Costa (Divisão de Geofísica). O projeto atende a uma demanda do Ministério de Minas e Energia para ampliar o conhecimento sobre o potencial do urânio no Brasil.

Posteriormente às apresentações gerais, foram feitas perguntas e houve tempo para debate entre os convidados. A Nuclear Trade & Technology Exchange é considerada o maior evento brasileiro do setor nuclear. A ABDAN tem como principal missão promover o desenvolvimento e aplicação da tecnologia nuclear no Brasil, defendendo os interesses comuns às empresas que integram as cadeias produtivas de base nuclear e promovendo ações para o fortalecimento do ambiente de negócios e das condições de competitividade sistêmicas, setoriais e regulatórias, no mercado interno e ao nível internacional.

Se interessou pelo evento? Quer ficar por dentro de tudo que rolou nele? Entre no Site oficial do [NT2E](#)

Fonte: CPRM

Data: 30/07/2021



### PEDRO PAULO DIAS MESQUITA É O NOVO SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MME

*Pedro Paulo possui experiência na área econômica, com ênfase em Economia Industrial e Inovação.*

O governo federal nomeou o economista Pedro Paulo Dias Mesquita para o cargo de secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia (SGM/MME). A publicação saiu no Diário Oficial da União (DOU) desta quarta-feira, 28/07.

O novo secretário possui experiência na área econômica, com ênfase em Economia Industrial e Inovação. Atuou como economista no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), onde se dedicou à elaboração e condução de políticas para apoio à inovação, sustentabilidade e desenvolvimento do setor de mineração e metais, e como analista de projetos na Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), onde exerceu o cargo de assessor da presidência.

Pedro Paulo é graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pós-graduado em Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), do Rio de Janeiro. Atualmente, faz mestrado em Políticas Públicas, Estratégia e Desenvolvimento no Instituto de Economia da UFRJ.

**Fonte: MME**

**Data: 29/07/2021**



### **PROJETO DE COOPERAÇÃO ENTRE BRASIL E ALEMANHA PARA O DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS VERDES PARA EXTRAÇÃO DE COBALTO E NÍQUEL É APROVADO PELO MCTI**

Os pesquisadores do CETEM Reiner Neumann (coordenador), Ellen Giese, Vivian Moutinho e Ysrael Vera fazem parte da equipe do BioProLat, um projeto de cooperação binacional Brasil - Alemanha para o desenvolvimento de tecnologias verdes para extração de Co e Ni (cobalto e níquel) a partir de lateritas brasileiras por bio-hidrometalurgia.

O BioProLat é uma parceria internacional do CETEM com a CPRM (Serviço Geológico do Brasil) e Brazilian Nickel PLC no Brasil com o BGR (Instituto Federal para Geociências e Matérias-Primas) e a empresa GEOS na Alemanha, que já contavam com apoio financeiro do Ministério da Educação e Ciência (BMBF) da Alemanha, pelo programa CLIENT II – International Partnerships for Sustainable Innovations.

O projeto foi aprovado pelo MCTI e recebeu o aporte de recursos que viabilizam a execução que cabe ao CETEM no âmbito do projeto. Desejamos sucesso no desenvolvimento do projeto.

**Fonte: MCTI**

**Data: 29/07/2021**



### **ANM LANÇA NOVO INFORME MINERAL PARA O 1º TRIMESTRE DE 2021**

*Publicação passa a ser trimestral e possibilita acompanhamento mais dinâmico do desempenho do setor mineral brasileiro*

A Agência Nacional de Mineração (ANM) lança, nesta quarta-feira (28), a primeira edição trimestral do Informe Mineral, publicação que é referência do desempenho do setor mineral brasileiro. Com a mudança da periodicidade, que antes era semestral, a ANM garante à sociedade informações mais atualizadas sobre valores e quantidades de produção, preços nacionais e internacionais das substâncias minerais, situação do mercado de trabalho e arrecadação de royalties e taxas da mineração brasileira.

O Informe Mineral do 1º Trimestre de 2021 conta com apresentação mais sintética e textos mais objetivos. Além disso, apresenta mudanças importantes na forma de obtenção e tratamento dos dados estatísticos, que tornam a publicação mais dinâmica.

A mudança mais importante é a nova forma de cálculo do Indicador da Produção Mineral (IPM), que mostra a evolução percentual dos valores e quantidades de produção: agora, o IPM passa a se basear em 100% da base oficial de recolhimentos do royalty da mineração, a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). Com isso, utiliza dados concretos do momento em que a produção mineral é efetivamente comercializada ou transferida para a cadeia industrial, refletindo de forma mais imediata o impacto do setor na economia brasileira.

Outras novidades incluem a atualização da cesta de substâncias minerais que compõem as exportações e importações brasileiras no setor mineral, e a nova forma de captação dos dados do mercado de trabalho, que agora contemplam todos os tipos de vínculos formais de trabalhadores no setor, e não apenas a CLT.

“Passar a publicar o Informe Mineral a cada trimestre é uma iniciativa sintonizada não apenas com os projetos em andamento para a modernização da Agência Nacional de Mineração, mas, também, com a evolução cada vez mais rápida das variáveis nacionais e mundiais que influenciam a viabilidade dos projetos mineiros e os estudos acadêmicos no setor”, pontua Marina Dalla Costa, gerente de Economia Mineral da ANM.

O novo Informe Mineral do 1º Trimestre de 2021 pode ser acessado no portal da Agência Nacional de Mineração [aqui](#).

**Fonte: ANM**

**Data: 28/07/2021**



## **DISTRIBUIÇÃO DE CFEM A MUNICÍPIOS AFETADOS É ADIADA**

*Nova lista de beneficiários será publicada dia 31 de agosto*

Adistribuição dos recursos da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) aos municípios afetados pela atividade de mineração teve o prazo adiado em 2021. Devido à situação de pandemia, a análise que verifica e atesta os municípios que têm direito ao recurso ainda não foi finalizada. A previsão é que a lista dos beneficiários seja publicada dia 31 de agosto.

Anualmente, a ANM verifica se os municípios considerados afetados pela mineração, mas que não têm produção em seus territórios, continuam cumprindo os critérios para receber a CFEM. Mudanças no valor da produção em toneladas ou de áreas adicionais concedidas ao título inicialmente concedido, exaustão da jazida, suspensão da lavra ou encerramento da atividade empresarial, são exemplos que podem mudar os cálculos dos repasses. Atualmente, de toda a CFEM arrecadada, 15% é repassada aos municípios afetados.

Com a pandemia, onde muitos servidores precisaram se isolar, além do atraso dos relatórios complementares de agências reguladoras parceiras, o prazo para o fim da análise anual, e a consequente distribuição, precisaram ser adiados.

A ANM prevê que a lista dos contemplados e os respectivos percentuais de participação seja publicada no último dia agosto. Aberto o prazo de 10 dias para recursos, logo em seguida será feito o repasse dos valores acumulados a partir de maio de 2021. A distribuição da CFEM aos estados e municípios produtores continua acontecendo normalmente.

**Fonte: ANM**

**Data: 28/07/2021**